

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE UMA DAS VARAS  
DO TRABALHO DE CAMPINAS - SP**

**WALTER ROCHA DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, motorista autônomo, inscrito no CPF sob nº 079.520.058-71, portador da cédula de identidade nº 19.270.806, residente e domiciliado na Rua Alfredo Guedes, nº 139, Bairro Jardim Boa Esperança, CEP 13091-512, no município de Campinas, interior de São Paulo, vem, por meio de seu advogado abaixo assinado, à presença de Vossa Excelência, propor...

**RECLAMAÇÃO TRABALHISTA**

**em face de ALL – América Latina Logística Malha Paulista S/A, pessoa jurídica de direito** privado inscrita no CNPJ sob nº 02.502.844/0001-66, estabelecida na Rua Emilio Bertolini, 100, Vila das Oficinas, Curitiba – PR, CEP 82.920-030, **pelos motivos de fato e de direito adiante expendidos**

## **DA PREVENÇÃO**

O reclamante ajuizou, através do SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS FERROVIÁRIAS DA ZONA PAULISTA, ação trabalhista em face da empresa ALL – América Latina Logística Malha Paulista S/A em 1995, nº 0134900-89.1995.5.15.0053, que tramitou perante a **4ª Vara do Trabalho de Campinas/SP**.

Tendo em vista que os direitos pleiteados na presente ação decorrem de outros deferidos naquela, e, portanto, apresentam conexão, requer, nos termos do artigo 253, I do CPC, aplicado subsidiariamente ao Processo Trabalhista, por força do artigo 769 da CLT, seja declarada a conexão entre ação, com a consequente distribuição da presente ao juízo prevento competente: 4ª Vara do Trabalho de Campinas/SP.

## **DA AUSÊNCIA DE PRESCRIÇÃO**

O art. 189 do Código Civil, aplicado ao Processo Trabalhista por força do artigo 8º, parágrafo único prevê que *uma vez violado o direito, nasce ao seu titular a pretensão, a qual se extingue, pela prescrição, nos prazos a que aludem os arts. 205 e 206*". No entanto, para se analisar a existência ou não da prescrição, é necessário o conhecimento do termo *a quo* do prazo prescricional.

O direito positivo pátrio adota a teoria da *actionata* para identificar o marco inicial da prescrição. Assim, a contagem somente tem início a partir do momento em que o empregado tem ciência inequívoca do dano, e por tanto, do direito violado que pretende ver reparado, conforme explica Sebastião Geraldo de Oliveira<sup>1</sup> :

A absorção pelo Direito positivo brasileiro da teoria da *actionata*, conforme o texto do art. 189 do Código Civil de 2002 (...), foi a consagração do entendimento doutrinário de que **a fluência do prazo prescricional só tem início quando a vítima fica ciente do dano e pode aquilatar sua real extensão, ou seja, quando pode veicular com segurança sua pretensão reparatória (...)**.

Ainda, é certo que a pretensão de reparação do titular nasce com a violação do direito. O direito de propor a ação reparatória apenas surge, contudo, da ciência da lesão, pois antes não há que se falar em direito subjetivo violado.

---

<sup>1</sup> OLIVEIRA, Sebastião Geraldo de. *Indenizações por acidente do trabalho ou doença ocupacional*. 6. ed. p. 359.

A teoria *actionata* baseia-se no entendimento de não seria razoável que se transcorresse o prazo prescricional sem que o credor da prestação soubesse, de forma inequívoca, que é titular desse direito, portanto, considerar que o início do prazo prescricional é a data da rescisão do contrato é privilegiar o formalismo em detrimento da razoabilidade, da boa fé e do resgate da legalidade das relações.

Não é outro o entendimento do Tribunal Superior do Trabalho:

DANO MORAL. "LISTA NEGRA". PRAZO PRESCRICIONAL. TERMO INICIAL. Ao contrário do que aduz a parte, a egrégia Corte Regional aplicou ao caso a prescrição trabalhista, prevista no artigo 7º, XXXIX, da Constituição Federal, e não a prescrição civil, razão pela qual tal argumentação mostra-se inócua. **Por outro lado, acerca do termo inicial do dano moral trabalhista, esta Corte pacificou entendimento de que a contagem do prazo prescricional se inicia com a data em que ocorreu o dano ou aquela em que o empregado teve ciência inequívoca da lesão.** No presente caso, a egrégia Corte, com base na análise do suporte fático probatório produzido nos autos, em especial, na prova testemunhal, consignou que a reclamante somente tomou conhecimento da "existência da lista em outubro/2009, por comentários de terceiros, embora seu nome tenha sido inserido em 02.07.1996." Tal suporte fático, é imutável pelo que dispõe a Súmula nº 126. Assim, tendo a reclamação sido apresentada em 16.04.2010, não há falar em prescrição. (TST - RR-577-73.2010.5.09.0091 – Quinta Turma; julgado em 12/12/2012, Rel. Min. Caputo Bastos).

No caso dos autos, o reclamante possuía ação trabalhista em face da empresa ALL – América Latina Logística Malha Paulista S/A, movida pelo sindicato, desde antes de seu desligamento, ocorrido em 2005. Ocorre que desde a propositura da ação, o autor nunca mais teve notícias da ação, vindo a tomar conhecimento de seu direito a perceber o Adicional de Periculosidade somente após ser convocado a comparecer no sindicato para tomar ciência de proposta de acordo apresentada pela empresa, em 04 de agosto de 2014.

Veja que em razão de ter sido a ação distribuída enquanto o Obreiro ainda se ativava em favor da empresa ré, somente foram requeridas pelo sindicato as verbas salariais devidas no curso do contrato de trabalho, não se cogitando o deferimento de verbas rescisórias.

Ocorre que aquele processo durou dezenove anos, e dentro de tal lapso temporal o Obreiro fora dispensado, no entanto em tal data a ré procedeu ao pagamento de tais verbas sem que fosse considerado o adicional, que hoje, se sabe ser devido.

Deste modo, os pedidos que serão aduzidos na presente ação decorrem exclusivamente do direito ao recebimento do adicional de periculosidade a respeito do qual o

Obreiro tomou ciência de possuir 04 de agosto de 2014, data em que fora convocado ao sindicato para tomar ciência de proposta de acordo, o qual fora homologado em 08 de agosto de 2014.

O marco inicial para a contagem do prazo prescricional deverá, portanto, ser considerado o dia 08.08.14, data da audiência em que o reclamante tomou efetivo conhecimento de seu direito. Logo, ajuizada a ação no mesmo ano, não há prescrição a ser declarada.

### **DAS DIFERENÇAS DAS VERBAS RESCISÓRIAS EM RAZÃO DOS REFLEXOS DO ADICIONAL DE PERICULOSIDADE**

Conforme já mencionado, o Obreiro tomou conhecimento em 08/08/2014 de seu direito ao recebimento do adicional de periculosidade em razão de exposição a materiais inflamáveis.

A sentença proferida no processo nº 0134900-89.1995.5.15.0053, que tramitou perante a 4ª Vara do Trabalho de Campinas/SP, determinou o pagamento de tal adicional no importe de 30% sobre o salário de todo o período imprescrito, bem como, em razão de ainda se ativar em favor da ré, determinou sua incidência sobre as parcelas vincendas do salário, além de 13º salário e férias, verbas devidas pelo período em que o contrato permanece ativo.

No entanto, é sabido que a periculosidade reflete em outras verbas, tais quais as verbas rescisórias, ocorre que, por ter sido a ação distribuída enquanto o Obreiro ainda se ativava em favor da empresa ré, somente foram requeridas pelo sindicato as verbas salariais devidas no curso do contrato de trabalho, não se cogitando o deferimento de verbas rescisórias.

Ocorre que aquele processo durou dezenove anos, e dentro de tal lapso temporal o Obreiro fora dispensado (junho de 2006), no entanto em tal data a ré procedeu ao pagamento das verbas rescisórias sem que fosse considerado o adicional, que hoje, se sabe ser devido.

Deste modo, em razão de não terem sido corretamente quitadas as verbas rescisórias do Obreiro, requer seja a ré condenada ao pagamento das diferenças.

Naquele processo fora reconhecido o direito ao adicional de periculosidade, a ser calculado sobre os salários mensais, as férias e o 13º salário, sendo determinada sua

incidência sobre o FGTS em execução, no entanto, existem verbas de natureza puramente rescisórias nas quais o referido adicional deverá refletir: férias proporcionais (6/12), 13º proporcional (6/12), multa de 40% sobre o saldo do FGTS e no aviso prévio (e reflexos deste).

Assim, tendo em vista que com a ciência da procedência da ação, obtida em 04 de agosto de 2014, o autor tomou conhecimento do efetivo direito ao recebimento do adicional de periculosidade, requerendo assim, a sua incidência nas verbas rescisórias, condenando a reclamada a realizar o pagamento das diferenças de verbas rescisórias em razão da incidência de referido adicional.

### **DAS DIFERENÇAS DE HORAS EXTRAS EM RAZÃO DOS REFLEXOS DO ADICIONAL DE PERICULOSIDADE**

Conforme demonstram os holerites juntados pela ré no primeiro processo e trazidos a estes, o Obreiro ativou-se em sobrejornada, todavia, o pagamento não fora corretamente realizado, tendo em vista que não houve a aplicação do adicional de periculosidade em sua base de cálculo, conforme determina a súmula 264 do TST.

Assim, tendo se ativado em sobrejornada, sem que as horas extras tenham sido corretamente remuneradas, o reclamante faz jus ao recebimento das diferenças de horas extras em razão da adequação da base de cálculo, bem como seus regulares reflexos nos DSR's (domingos e feriados na forma da lei 605/49 e Súmula 172, do C.TST) e, com estes, nas demais verbas, a saber: aviso prévio, 13ºs salários (Súmula 45, do C.TST), Férias (+1/3); FGTS + 40%. Requer seja observada a Súmula 347, do C.TST.

### **INDENIZAÇÃO DAS DESPESAS COM ADVOGADO**

No presente caso, ainda que todas as verbas ora pleiteadas sejam deferidas ao autor, haverá a dedução dos honorários advocatícios, firmados com seus patronos.

Tem-se que referida dedução prejudicará o autor na medida em que não permitirá a satisfação integral do dano, vez que ele terá que arcar com o ônus do pagamento de honorários advocatícios, cuja contratação só foi necessária em face da recusa do reclamado na satisfação voluntária da obrigação.

O artigo 389, do Código Civil de 2002 dispõe que na hipótese de não cumprimento da obrigação, o devedor deve responder por perdas e danos, instituindo no direito pátrio a figura da reparação civil que, com relação ao direito processual, guarda íntima relação com o princípio da plena restauração do direito. O artigo 404 do mesmo Código estatui que as perdas e danos compreendem juros, custas e honorários de advogado, sem prejuízo da pena convencional.

Salienta-se que não se trata de condenação em verba honorária, já que esta tem natureza na relação jurídica processual e tem como beneficiário o profissional do direito, ao passo que a indenização que se persegue tem natureza na relação jurídica material e tem como beneficiário o próprio reclamante, o qual certamente irá despendar parte de seu crédito no pagamento de honorários advocatícios. Ressalte-se que embora a CLT preveja o *jus postulandi*, como meio de facilitar o acesso à justiça do trabalhador, essa faculdade não pode ser invocada em seu desfavor, como punição para aquele que optou postular assistido por profissional técnico.

Neste sentido, caminha o entendimento pretoriano, valendo citar o posicionamento do I. M. Luis Paulo Pasotti Valente, proferido nos autos do processo n.º 2624/2002, perante a 1.ª vara do Trabalho de São Paulo, conforme segue (grifos originais):

Considerando-se o disposto no artigo 404 do Código Civil, impõe-se, para a reparação integral do dano sofrido pelo autor e reconhecido no julgado, que a indenização inclua, além de juros e correção monetária, também honorários advocatícios. Não se argumente que tal medida encontra óbice no artigo 791 da Consolidação das Leis do Trabalho, porquanto esta norma tem natureza processual, enquanto o fundamento que ora evocado tem caráter de direito material. Não importa, pois, a faculdade do “jus postulandi”, e tampouco a sucumbência processual funciona como elemento condicionante da atribuição. Atente-se que o crédito destina-se ao reclamante, não ao patrono, não se aplicando a disposição da Lei 8906/94 (artigo 23), que permite sua execução autônoma. Constitui-se parcela do crédito do autor na reparação do dano original e a ele será liberada, em favor do reclamante, fixando-se, segundo os costumes, em 30% do valor da condenação.

Diante do acima disposto, requer-se desde já, a condenação da reclamada no pagamento da indenização referente aos honorários advocatícios, a base de 30% do valor das verbas apuradas em liquidação de sentença.

## **PEDIDOS**

Diante do exposto, e considerando-se a GLOBALIDADE SALARIAL (todas as verbas salariais) para o cálculo das verbas deferidas na presente demanda, **REQUER:**

**DIFERENÇAS DAS VERBAS RESCISÓRIAS EM RAZÃO DOS REFLEXOS DO ADICIONAL DE PERICULOSIDADE** – diferenças de verbas rescisórias em razão da não incidência do adicional de periculosidade, consistentes em: saldo de salário, aviso prévio (e seus reflexos em FGTS+40%; 13º Salário e Férias +1/3), 13º salário (6/12), férias vencidas, acrescidas de 1/3 e FGTS + 40% sobre as rescisórias, exceto sobre férias, e multa de 40% sobre o FGTS de todo o período.

**DAS DIFERENÇAS DE HORAS EXTRAS EM RAZÃO DOS REFLEXOS DO ADICIONAL DE PERICULOSIDADE** - diferenças de horas extras em razão da não incidência do adicional de periculosidade em sua base de cálculo, , bem como seus regulares reflexos nos DSR's (domingos e feriados na forma da lei 605/49 e Súmula 172, do C.TST) e, com estes, nas demais verbas, a saber: aviso prévio, 13ºs salários (Súmula 45, do C.TST), Férias (+1/3); FGTS + 40%.

**ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA** – concessão dos benefícios da Justiça gratuita, por ser pobre e não ter condições de arcar com as custas do processo, conforme declaração em anexo.

**HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS** – pagamento de indenização por perdas e danos referentes aos honorários advocatícios que terá que despende, no importe de 20% sobre o valor da condenação.

**HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA** – pagamento de honorários de sucumbência, no importe de 15% sobre o valor da condenação.

Protesta pela produção de todas as provas em direito admitidas, em especial, juntada de documentos, depoimento pessoal das reclamadas, sob pena de confissão, oitiva de testemunhas que deverão ser intimadas para prestar os depoimentos, perícia técnica e exibição, para conferência, dos originais das cópias que acompanham a presente inicial e que tenham sido impugnadas.

REQUER, por fim, seja a reclamada notificada, no endereço constante no preâmbulo desta, para que, querendo, conteste os termos da presente, sob pena de arcar com os efeitos da revelia e, ao final, seja condenada no pagamento das verbas ora pleiteadas, bem como nos honorários advocatícios, atualizados monetariamente, acrescidos de juros e demais cominações de estilo.

Dá-se à presente o valor de R\$30.000,00 (trinta mil reais) para efeito de custas e alçada. Ressalta-se que o valor ora arbitrado, é realizado por mera estimativa não servindo, em nenhuma hipótese, como fundamento para limitação do *quantum debeatur*, que deverá ser fixado, oportunamente, em regular liquidação de sentença.

Termos em que,

Pede deferimento.

Campinas, 28 de janeiro de 2015.

**Luís Gustavo Nardez Boa Vista**  
**OAB – SP 184.759**

**Eduardo Luís Forchesatto**  
**OAB – SP 225.243**

**Loresley Desirée de Lima Vieira**  
**OAB – SP 333.069**